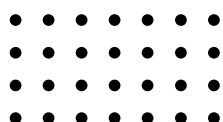




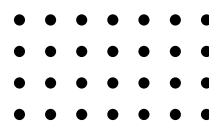
# Relatório Anual de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI)

## 2024

Elaborado por: Maria do Carmo Oliveira Garcia



# SUMÁRIO



1. Introdução.....	3
2. Estrutura organizacional para cumprimento da LAI.....	4
3. Medidas adotadas para garantir o cumprimento da LAI.....	5
4. Informações publicadas proativamente.....	6
5. Pedidos de acesso à informação.....	7
5.1 Cumprimento de Prazo .....	7
5.2 Principais temas dos pedidos .....	8
5.3 Dados disponíveis para consulta .....	9
6. Dificuldades encontradas .....	10
7. Ações planejadas para o próximo exercício .....	11
8. Considerações finais .....	12



# 1. Introdução

## Lei de Acesso à Informação Lei nº 12.527



Este relatório tem como finalidade apresentar as ações desenvolvidas e os resultados alcançados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) no âmbito da implementação e aplicação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

O documento foi elaborado em conformidade com o disposto no Art. 41 da referida legislação, que estabelece a obrigatoriedade de divulgação anual de informações sobre a execução da política de acesso à informação no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

## 2. Estrutura organizacional para cumprimento da LAI

Autoridade de Monitoramento:  
Maria do Carmo Oliveira Garcia  
PORTARIA SUFRAMA Nº 831, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

Endereço físico:  
Av. Min. Mário Andreazza, 1424 - Distrito Industrial I - Manaus - Am,  
69075-830

E-mail/telefone de contato:  
sic@suframa.gov.br - tel.: 2020 1620



### 3. Medidas adotadas para garantir o cumprimento da LAI

- **Serviços de Informação ao Cidadão (SIC):**

São disponibilizados canais físicos e eletrônicos dedicados ao atendimento de pedidos de informação, com servidores capacitados para orientar e responder aos cidadãos de forma eficiente e dentro dos prazos legais.

- **Orientações aos servidores sobre a LAI:**

São prestadas orientações aos servidores destacando os procedimentos para atendimento às solicitações, os prazos legais e os limites de sigilo previstos na legislação.

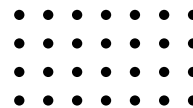
- **Transparência Ativa:**

A seção de "Transparência" no site da Autarquia são atualizadas com informações de interesse coletivo, como dados orçamentários, contratos, licitações, estrutura organizacional e repasses de recursos.

- **Monitoramento:**

Os indicadores de desempenho referente ao cumprimento da LAI são realizados mediante as informações apresentados no Painel da Lei de Acesso à Informação - LAI (<https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>).

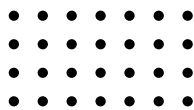
## 4. Informações publicadas proativamente



De acordo com o Art. 8º da LAI, foram disponibilizadas no site institucional as seguintes categorias de informações:

- Estrutura organizacional, competências e responsáveis
- Programas, ações, projetos e metas
- Dados orçamentários e financeiros
- Repasses e Transferência de Recursos
- Licitações e contratos
- Convênios e parcerias
- Dados abertos
- Perguntas frequentes

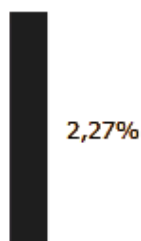




## 5. Pedidos de acesso à informação

INDICADOR	QUANTIDADE
Total de pedidos recebidos	132
Pedidos respondidos no prazo	100,0000%
Pedidos com resposta fora do prazo	0,0000%
Pedidos indeferidos (negados)	0,0000%
Recursos interpostos	8
Média de tempo de resposta dos recursos	3,88 dias

### 5.1. Cumprimento de Prazo



USO DE PRORROGAÇÃO

#### Pedidos respondidos

Dentro do Prazo: 100,0000 %  
Fora do Prazo: 0,0000 %

#### Pedidos em andamento

Dentro do prazo: 0,0000 %  
Fora do Prazo: 0,0000 %

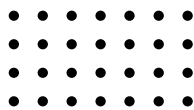
7

RESPOSTA DENTRO DO PRAZO LEGAL

## 5.2 Principais temas dos pedidos:

Assunto da Manifestação	Contagem de Assunto da Manifestação
Acesso à informação	102
Atendimento	1
Cadastro	1
Concurso	2
Convênio	2
Informações processuais	1
Infraestrutura e Fomento	1
Legislação	6
Outros em Comércio e serviços	1
Outros em Pesquisa e Desenvolvimento	3
Política Econômica	1
Produção Industrial	5
Recursos Humanos	1
Serviços Públicos	3
Tributos	2
<b>Total Geral</b>	<b>132</b>

Fonte: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>:



## 5.3 Dados Disponíveis para consulta



Fonte: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>

## 6. Dificuldades encontradas

### **Cultura Institucional do Sigilo**

---

Mediante as interações diárias com as Unidades internas, identificam-se ainda existe uma cultura de retenção da informação, o que dificulta a transição para uma lógica de transparência ativa e passiva.

Um dos motivos observados é que os servidores podem resistir à divulgação de informações por medo de sanções, exposição de falhas ou por desconhecimento da legislação.

### **Infraestrutura tecnológica deficiente**

---

Necessidade de atualização do Site Institucional em conformidade com Guia de Transparência Ativa - <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/gta-7-guia-de-transparencia-ativa-final.pdf>

### **Necessidade de Segregação de funções**

---

Conforme o art. 40 da Lei nº 12.527/2011, cabe à autoridade de monitoramento assegurar o cumprimento das normas de acesso à informação no âmbito do órgão ou entidade. No entanto, na prática, a ouvidoria também acumula as atribuições da autoridade de monitoramento. Essa concentração de funções compromete a independência necessária para a efetiva fiscalização e implementação da LAI, além de sobrecarregar a ouvidoria, que já possui atribuições próprias, dificultando a execução eficiente e imparcial de ambas as responsabilidades.



## 7. Ações planejadas para o próximo exercício

- Revisão do Plano de dados Abertos
- Rodada para capacitação dos servidores
- Elaboração e divulgação de Cards sobre o tema
- Criação e Divulgação de campanha educativa sobre o direito à informação.





## 8. Considerações finais

Com base nos avanços já implementados, pode-se concluir que a implantação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) na Suframa vem avançando e sendo conduzida de forma estruturada e alinhada às diretrizes legais.

A Ouvidoria representa a Unidade física que gerencia e operacionaliza os pedidos de acesso à informação representa um passo essencial para garantir o direito constitucional de acesso à informação, promovendo transparência e facilitando a comunicação com a sociedade.

Além disso, o treinamento dos servidores envolvidos nesse processo foi fundamental para assegurar o atendimento eficiente, o respeito aos prazos legais e a prestação de informações com clareza e responsabilidade. Essas ações demonstram o compromisso institucional com a cultura da transparência e com a consolidação de uma gestão pública mais aberta, participativa e responsiva.

Claro que as ações são contínuas. O desafio agora é manter a continuidade dessas ações, aprimorar os processos existentes e monitorar os resultados para garantir a efetividade da Lei em sua totalidade.



**MARIA DO CARMO OLIVEIRA GARCIA**  
**Autoridade de Monitoramento da LAI**

**Portaria SUFRAMA nº 831, de 20 de outubro de 2021**

